

DECRETO Nº 19

de 29 de março de 2011

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS AMÉRICO GRUBERT, Prefeito em exercício do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, artigo 76, Inciso VII.

Considerando o PROTOCOLO ICMS, 42 de 03 de julho de 2009, que dispõe sobre emissão da NF-e/modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A para as vendas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Considerando o PROTOCOLO ICMS, 193 de 30 de novembro de 2010, que prorroga para 01 de abril de 2011 a obrigatoriedade de emissão da NF-e/modelo 55.

DECRETA:

Art. 1º..

A partir de 1º de abril de 2011, os órgãos públicos da administração direta e indireta do Município de Jardim/MS, só poderão receber Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, dos fornecedores contratados pela administração pública e enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, conforme contido na Cláusula Primeira do Protocolo ICMS 42/09.

Art. 2º..

A Administração Pública Municipal não efetuará nenhum pagamento a fornecedor contratado com o Município sem a devida apresentação da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, além das demais exigências legais.

Art. 3º..

As empresas fornecedoras interessadas em participar das licitações públicas, ou que já tem contrato de fornecimento com o Município de Jardim/MS, deverão adotar a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, conforme estabelecido no protocolo ICMS 42/09 e suas alterações.

Art. 4º..

De acordo com o Protocolo ICMS nº 191/10, fica prorrogado para 1º de julho de 2011, o início da vigência da obrigatoriedade de utilização da NFe, prevista no protocolo ICMS 42/09 para os contribuintes que tenham sua atividade enquadrada em um dos seguintes códigos:

I.

1811-3/01 Impressão de Jornais;

II.

1811-3/02 Impressão de Livros, revistas e outras publicações periódicas;

III.

4618-4/3 Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais e revistas e outras publicações;

IV.

4647-8/02 Comércio atacadistas de livros, jornais e outras publicações;

V.

4618-4/99 Outros representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações;

VI.

5310-5/01 Atividades de Correio Nacional;

VII.

5310-5/02 Atividades de Franqueadas e permissionárias de correio nacional.

Art. 5º..

De acordo com a Cláusula Quarta do Protocolo ICMS, 42, alterada pelo Protocolo ICMS 192 de 30 de novembro de 2010 a emissão de Notas Fiscais - NF-e, não se aplica:

I.

ao Microempreendedor Individual - MEI, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II.

às operações realizadas por produtor rural não inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Art. 6º..

O servidor municipal que descumprir as determinações deste decreto será responsabilizado nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 7º..

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Em, 29 de Março de 2011.

CARLOS AMÉRICO GRUBERT *Prefeito Municipal*

Decreto Nº 19/2011 - 29 de março de 2011

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em